

RLI

615

T/2004 J 00



CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

ADMINISTRAÇÃO 1990 - 1999

RELATÓRIO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Carlos Oití Berbert

Brasília, 12 de agosto de 1999

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem por objetivo, em primeira análise, registrar sucintamente os fatos mais marcantes ocorridos na administração da CPRM nos últimos nove anos, e, ao mesmo tempo, apresentar subsídios que possam auxiliar no traçado das ações da próxima Diretoria Executiva.

Nesse sentido, são ressaltadas as atividades dos dois períodos abrangidos nesta década, que envolveram diretores e funcionários na busca persistente de um único objetivo, reclamado e ansiosamente esperado pela comunidade técnico-científico-empresarial do setor mineral por mais de 10 anos: a implantação do Serviço Geológico do Brasil.

O primeiro dos dois períodos – 1990 a 1994 – foram ocupados com trabalhos de recuperação da Companhia, através de redirecionamento de objetivos, reestruturação administrativa e redimensionamento de pessoal. Em outras palavras, a reconstrução da empresa

O segundo período – 1995 a 1999 – representa a fase de afirmação e fortalecimento da CPRM como órgão oficial da geologia brasileira, obedecendo aos ditames constitucionais e já na qualidade de empresa pública.

Um terceiro período que se inicia sob a égide da nova Diretoria-Executiva, certamente consolidará o SGB como instituição produtora e disseminadora de informações também em outras áreas de atuação, como as de petróleo e gás, recursos hídricos, geologia marinha, em prol da sociedade e do Brasil.



CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
ADMINISTRAÇÃO 1990-1999
RELATÓRIO DO DIRETOR-PRESIDENTE

1. PREÂMBULO

Em seus trinta anos de existência, pode-se dizer que a CPRM- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais passou por três grandes fases.

A primeira delas, que se inicia com a sua criação em agosto de 1969 e se estende até 1978, caracterizou-se por um intenso trabalho de levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos, executados em Convênio para o Departamento Nacional da Produção Mineral, que levaram à descoberta e à pesquisa de grandes jazimentos minerais, como os de caulim do Rio Capim(PA), nióbio /manganês de Seis Lagos (AM), estanho de Pitinga (AM), fosfato de Patos de Minas (MG), níquel de Morro de Engenho e Santa Fé (GO), entre outros. Tais trabalhos, inseridos *na política governamental de diminuição das importações nacionais*, tinham eco igualmente nos levantamentos dos Projetos RADAM, na Amazônia, e REMAC, na Plataforma Continental, envolvendo, além da CPRM, o DNPM, a Petrobras, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a própria Companhia Vale do Rio Doce, enquanto em muitos Estados da Federação eram criadas empresas estatais de pesquisa e fomento mineral. Ao mesmo tempo, eram intensos os trabalhos de hidrologia em realização pela CPRM para o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Já no final da década, com as dificuldades criadas pelo primeiro “choque do petróleo”, os recursos orçamentários das instituições governamentais começaram a diminuir significativamente, restringindo ou mesmo suspendendo a execução da maioria daquelas atividades, especialmente as que envolviam o DNPM e o DNAEE, e, por conseguinte, a CPRM.

Pressionado pelo “segundo choque” do petróleo, o Governo Brasileiro estabeleceu *a política de fontes alternativas de energia*, criando, entre outros, o Programa de Mobilização Energética PME, no qual a Petrobras, a CNEN, a CAEEB, e, especialmente a CPRM, estiveram inseridas, em extenso trabalho para a descoberta, respectivamente, de novos campos de petróleo e gás, e de jazimentos de minerais nucleares, carvão e turfa.

Nesse período, que durou até 1985, todos os objetivos foram atingidos, com a Petrobras ampliando as reservas de Campos, e a CPRM, trabalhando em convênio com a CNEN e o DNPM, descobrindo os depósitos de urânio de Lagoa Real (MG) e Itataia (CE), além de pequenas ocorrências em Goiás.

Q

Em paralelo, a CPRM realizava profundos estudos na zona carbonífera do sul brasileiro, acabando por decuplicar as reservas nacionais de carvão e descobrindo importantes depósitos de turfa em diversas regiões do País.

A partir de 1985, o cenário econômico brasileiro deteriorou-se e os recursos orçamentários para as instituições oficiais da área mineral chegaram, provavelmente, ao seu mais baixo nível, *na ausência de uma política explícita para o setor*, ao contrário do que ocorrera anteriormente. Ainda houve uma tentativa tímida de retomada dos levantamentos geológicos básicos junto ao DNPM, que durou até o final de 1987. A partir daí, além da crise econômica, a expectativa criada pela Constituinte e, logo a seguir, pelas eleições para a Presidência da República, levaram os órgãos governamentais do setor, especialmente os da administração direta, e o próprio setor privado de mineração, a entrarem em situação de pré-colapso, culminando, no início do Governo Collor de Mello, com a extinção de muitos daqueles órgãos e ameaçando seriamente a CPRM.

Desta forma, em que pesem os gigantescos esforços das administrações dessa última fase, em abril de 1990 a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais encontrava-se em situação extremamente difícil, com dívidas vencidas que ascendiam a vários milhões de dólares equivalentes; atraso de até 30 dias no pagamento de salários dos funcionários e impossibilitada de cumprir os termos do Acordo Coletivo de 1988; com número ainda excessivo de empregados; produção técnica praticamente paralisada; patrimônio físico em grande parte deteriorado. Como consequência, imperavam a desmotivação interna e o descrédito externo à empresa.

Indicados para assumir a Presidência da Companhia, foram-nos dados, nas palavras do Dr. Luiz André Rico Vicente, então Secretário de Minas e Metalurgia do então Ministério da Infraestrutura, “6 meses para provar a viabilidade da empresa e 1 ano para sua recuperação”.

Com esse cenário, propusemos ao Sr. Secretário um plano de recuperação da Companhia, incluindo, inicialmente, três ações básicas:

- Redirecionamento de objetivos;
- Reestruturação administrativa;
- Redimensionamento de pessoal.

Tais ações, como propostas, seriam acopladas a um Plano de Metas voltado, em caráter de urgência, para a recuperação econômico-financeira e orçamentária, adequando a CPRM paulatinamente aos objetivos e missão de um Serviço Geológico Nacional, reivindicado, então, há mais de 10 anos pela comunidade do setor.

Iniciáva-se, dessa forma, o terceiro período da Companhia, o qual está prestes a encerrar-se, e que teve como base *política governamental, inicialmente, a reestruturação de Setor Mineral e de suas instituições*, proposta pelo Ministério de Minas e Energia.



2. PERÍODO 1990 - 1999

Neste período podem ser reconhecidas, até o momento, duas fases distintas: **1990-1994**, quando se deu a recuperação da empresa, e **1995-1999**, quando todo o trabalho foi dirigido no sentido de fortalece-la como Serviço Geológico do Brasil.

2.1. 1990 - 1994

No início do segundo semestre de **1990**, após uma fase de extrema austeridade (que abrangeu a suspensão de pagamentos de funções gratificadas, de horas-extras, auxílios-transporte, alimentação e saúde; viagens de funcionários; cortes no consumo de energia e telecomunicações; restrição a compras, seguida de inúmeros leilões de equipamentos), foi possível colocar os salários dos empregados em dia.

Ao mesmo tempo, deu-se início ao **redirecionamento** de objetivos da empresa, eliminando-se ou restringindo-se aqueles que já não se conformavam com a nova realidade brasileira e com o Plano de Metas proposto à Secretaria de Minas e Metalurgia. Desta forma, encerrou-se o programa de financiamento à pesquisa mineral a pequenas e médias empresas; restringiu-se a pesquisa mineral da Companhia (que rapidamente deixou de requerer áreas junto ao DNPM), substituindo-a pela prospecção regional ; e, pouco a pouco, foram sendo diminuídas e eliminadas as linhas de trabalho claramente concorrentes com a iniciativa privada. Em contraposição, procurou-se implementar programas e projetos voltados para o benefício social mais imediato.

A **reestruturação administrativa** deu-se, de pronto, com a redução de uma Diretoria (de 4 para 3), de que decorreram a diminuição de Departamentos e Divisões e o decréscimo de cerca de 40% das funções gratificadas, medidas essas necessárias e urgentes à luz da situação da época. Data daí a união das Diretorias de Administração e de Finanças em uma única, ficando as outras duas com incumbências exclusivamente técnicas (Recursos Minerais e Geologia/Recursos Hídricos).

No início de **1991** promoveu-se o **redimensionamento de pessoal**, com a dispensa de 372 funcionários, com base em critérios objetivos e uniformes, distribuídos de forma clara e transparente para todos os gerentes e empregados da empresa.

Fato marcante , em janeiro daquele ano, foi o enquadramento da Companhia entre as entidades supervisionadas do Tesouro Nacional, assegurando-se, desta forma, a manutenção de salários e encargos e parte das despesas de custeio. Com isso, os recursos financeiros que antes advinham , quase exclusivamente, do DNPM e do DNAEE, passaram a vir diretamente do Tesouro Nacional, dando aos funcionários, e à direção da empresa, a tranquilidade requerida para o trabalho, e afastando-se a necessidade de se recorrer a empréstimos bancários para pagamento de salários, quando os recursos daqueles Departamentos eram insuficientes ou atrasavam, como vinha ocorrendo no final de 1989/início de 1990. Foi esse enquadramento o primeiro passo efetivo para a transformação e consolidação da CPRM como o Serviço Geológico do Brasil.

R

No final do 2º semestre de 1991, deu-se início à idealização do Programa Gestão e Administração Territorial - GATE, voltado às municipalidades e áreas especiais, consolidado, em 1992, com o Projeto VIDA, em Minas Gerais, e, pouco depois, com o PROTEGER, no Rio Grande do Sul, e estendido a outras regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a partir de 1993. Na região Norte, uma variação simplificada deste Programa veio a se constituir no Programa de Integração Mineral dos Municípios da Amazônia - PRIMAZ, de grande sucesso. Datam daí, também, os Programas Nacionais de Prospecção do Ouro e Platina, que, em tese, iniciavam uma nova atividade mineral, em substituição à antiga Pesquisa Própria.

Foi ainda nesse ano que se implantou o Convênio de Desempenho, instrumento assinado entre a Secretaria de Minas e Metalurgia do MINFRA e a CPRM, destinado a avaliar a atuação da Companhia, mediante acordo de metas previamente pactuadas. Esse instrumento persiste até hoje, como o único existente no MME e tem sido um dos mais importantes para a própria empresa.

Em 1992 foi dado início ao processo de recuperação salarial dos funcionários enquanto todo o trabalho era direcionado para a retomada total das atividades da empresa em seus cinco Programas Básicos de então: Levantamentos Geológicos e Hidrológicos; Avaliação de Recursos Minerais e de Água Subterrânea; Gestão e Administração Territorial; Desenvolvimento Tecnológico; e Atividades no Exterior. Programas que, com ligeiras modificações, ainda se constituem na atuação principal da CPRM.

O ano de 1993 foi especialmente gratificante para a Companhia, com a aprovação, pelo então Comitê de Controle das Empresas Estatais - CCE, do novo Plano de Cargos e Salários e da abertura de concurso público para renovação do quadro funcional, motivos de solicitações desde o ano anterior; e com a assinatura, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, do Decreto 919/93, que mudou os estatutos da empresa, já dando-lhe várias atribuições típicas de um Serviço Geológico Nacional. E, sobretudo, pelo encaminhamento, ao Congresso Nacional, da Mensagem Presidencial de Projeto de Lei visando à transformação da CPRM em empresa pública, desta forma, equiparando-a à EMBRAPA.

Na área de sondagem, conquanto a Companhia tenha um longo e brilhante histórico desde a sua criação, executando trabalhos para diversos órgãos da administração pública e a particulares, foi nesse ano de 1993 que se deu início a um programa de cooperação sistemática com o Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, em áreas de assentamento, e, pouco depois, com a Fundação Nacional de Saúde - FNS.

Data desse ano e início do seguinte o primeiro Programa de Desligamento Incentivado da Companhia, que permitiu a saída de algumas dezenas de funcionários.

O ano de 1994 terminou com um saldo altamente positivo: a Companhia consolidada como órgão oficial da geologia brasileira, trabalhando em Convênio com mais de 100 instituições de ciência, ensino e pesquisa no País e no exterior, além de Prefeituras e

Governos Estaduais; seu corpo funcional atuando em Projetos, com taxa nula de ociosidade; novos funcionários contratados; laboratórios, centro de cartografia e parque de computação em franca recuperação, assim como a frota de veículos, indispensáveis aos trabalhos de campo. Os programas de treinamento de pessoal foram ampliados e só naquele ano foram lançados mais de 200 produtos da empresa, constituindo-se em fato inédito na Companhia e em outras instituições do Brasil e no exterior, pelo número alcançado em apenas um ano.

Na última semana do ano, o Exmo. Sr. Presidente da República, Itamar Franco, sancionou a Lei 8.970, de 28/12/94, que transformou a CPRM em empresa pública, com as atribuições de órgão oficial da geologia brasileira, segundo o artigo 21, XV da Constituição Federal.

2.2. 1995-1998

Os anos de 1995 a 1998 representaram, como já mencionado anteriormente, a fase de consolidação da Companhia como Serviço Geológico do Brasil, com avanços significativos em alguns subsetores e retrocessos em outros, por razões diversas, como evidenciam as figuras do ANEXO 3.

Em 1995, os destaques positivos estiveram por conta do Orçamento Geral da Companhia que, pela primeira vez, ultrapassou os US\$ 100 milhões equivalentes; do crescimento substancial de investimento em treinamento de pessoal (mais de 100 treinandos em cursos de doutorado, mestrado e especialização); dos mais de 300 mapas temáticos produzidos pelos programas Levantamentos Geológicos Básicos - PLGB, Prospecção Mineral e GATE; pelos quase 100 Relatórios e Mapas publicados e pelo incremento significativo da consistência de dados hidrometeorológicos. Foi neste ano, ainda, que se realizou a última perfuração para água subterrânea em São Paulo, ficando essa atividade restrita à Região Nordeste, como parte do Plano de Metas iniciado em 1990.

Foi em 1995 que se deu início a um dos mais importantes projetos de caráter regional que a CPRM realizou nos últimos anos: o Projeto Especial Província Mineral do Tapajós, com o objetivo de estudar em semi-detulhe (e em detalhe na pequena área -piloto de Creporizão) os controles das mineralizações auríferas da mais antiga província garimpeira do País, através de levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos.

1996 caracterizou-se por uma ligeira queda de recursos orçamentários do Tesouro e igual aumento da Receita Própria. Outras reduções incluíram as atividades de mapeamento geológico, a produção e edição de mapas e relatórios, o treinamento de pessoal, em função, basicamente, da indefinição do Orçamento da União, que perdurou até junho, prejudicando os trabalhos das equipes de campo da Companhia. Um novo Programa de Desligamento Incentivado produziu a demissão de algumas dezenas de funcionários. Como destaques especiais, cumpre registrar ter sido o ano em que a CPRM chegou aos limites mínimos de endividamento no período e, depois de muito tempo de luta, viu aprovada, pelos órgãos competentes, a sua Previdência Complementar, tão ansiosamente esperada.



Nesse ano, deu-se início a um dos mais importantes projetos para água subterrânea no País : o Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, destinado a promover estudos nos diversos ambientes geológicos e aquíferos ali presentes, de sorte a se estabelecerem parâmetros e metodologia adequada para a exploração e aproveitamento racional desse recurso. Também nesse ano começaram os trabalhos do importante Programa Nacional de Insumos para a Agricultura, visando à coleta e disseminação de informações sobre fertilizantes e corretivos agrícolas.

Em agosto de 1996, o Brasil foi eleito, em Beijing, China, como o país-sede do 31^o Congresso Geológico Internacional (31st IGC) a realizar-se no Rio de Janeiro em agosto de 2000. Esta vitória se deve a toda delegação brasileira presente ao evento chinês, mas muito especialmente, aos integrantes da CPRM - Serviço Geológico do Brasil, que realizaram um extraordinário trabalho de "marketing" corpo-a-corpo.

Em 1997, a CPRM experimentou uma queda muito grande nas atividades de levantamentos geológicos básicos, que chegaram aos níveis de 1990, e do Programa GATE, em grande parte motivada pela indefinição dos recursos orçamentários e de seus cortes e contingenciamentos, aprovados quase ao final do ano. Essa incerteza novamente prejudicou os trabalhos de campo, à exceção dos levantamentos hidrometeorológicos para o DNAEE (e ANEEL a partir do 4^o trimestre) , que sofreram aumento significativo. Significativos também foram os aumentos no número de publicações editadas e na produção de mapas, e na quantidade de requerimentos de pesquisa mineral descartados junto ao DNPM. Houve também incremento no endividamento da Companhia.

No ano de 1998 houve um ligeiro aumento no número de produtos dos Programas GATE , PLGB e Recursos Minerais, e substanciais incrementos no mapeamento geológico em todas as escalas de trabalho e na consistência de dados hidrológicos. Registram-se decréscimos nos treinamentos de pessoal, e no número de funcionários graças à complementação do 2^o Plano de Desligamento Incentivado de 1996, no final do ano. Em virtude de contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Governo no início de setembro, a Companhia, que vinha executando seu Orçamento dentro das previsões anuais estabelecidas, viu-se profundamente prejudicada, terminando o ano com aumento de seu endividamento.

Em virtude do citado contingenciamento, a Diretoria-Executiva da CPRM, reunida no início de outubro, aprovou um Plano de Contenção de Despesas em caráter emergencial , acompanhado por uma Comissão Especial, e um Plano de Adequação Estrutural, com vistas a preparar a empresa para o novo cenário econômico do País e administrativo do Governo. Tal Plano, ainda em execução, baseia-se em 22 Metas, contemplando, entre outros , a Reavaliação de Programas e Projetos em execução, a Inserção da Companhia no Programa de Reforma do Estado, a Atualização das Bases de Dados da Empresa, a Geração de novo Sistema de Informações, o *Downsizing* dos Sistemas Computacionais, a Redução do Custo Fixo da Companhia e o seu Reordenamento Espacial, a Implantação de um novo Organograma e a Ascensão Funcional dentro do novo Plano de Cargos e Salários.

R

próprios, a Residência de Fortaleza executou , em caráter piloto, o Atlas de Recursos Hídricos Subterrâneos do Ceará, com excelente repercussão e possibilidade de extensão para os demais Estados da região nordestina.

Depois de realizados os levantamentos aerogeofísicos da região do interflúvio Aripuanã-Sucunduri (norte de Mato Grosso) , em 1992 e 1994, a CPRM conseguiu completar, em 1997, a cobertura de parte da Província Aurífera do Tapajós e, no final de 1998, iniciou o levantamento de parte da região da Reserva Nacional do Cobre e Associados, nos Estados do Pará e Amapá. Os próximos levantamentos previstos contemplam as áreas de Anauá-Trombetas, no nordeste do Amazonas, e Guaporé, no noroeste de Mato Grosso. O levantamento do Tapajós deu-se com espaçamento de 1 km entre as linhas de vôo, mudando a antiga metodologia empregada (2 km) , de poucos resultados, enquanto no da RENCA foi usado o espaçamento de 500 m entre as linhas, com excelente resolução.

2.3. ANO DE 1999

Conforme já mencionado anteriormente, o contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Governo no início de setembro de 1998, trouxe à CPRM , e aos demais órgãos governamentais, enormes dificuldades de ajustes, terminando a Companhia com dívidas vencidas da ordem de R\$ 8 milhões, principalmente com credores.

Em consequência, o orçamento de 1999, que já se iniciara contingenciado, viu-se ainda comprometido com aquela carga de dívidas que , pouco a pouco, vêm sendo sanadas, ainda que com prejuízo das atividades operacionais e das aplicações de investimentos.

Nesse sentido, o Programa Anual de Trabalho - PAT já foi reformulado duas vezes no primeiro semestre, nele permanecendo apenas os projetos das seguintes áreas prioritárias , ainda que com algumas restrições, e os programas/projetos de divulgação da Companhia , ligados aos eventos comemorativos do 30^o Aniversário da CPRM, e ao 31st International Geological Congress:

1. Projetos empresariais;
2. Projetos em convênios com destaques orçamentários;
3. Projetos em convênios normais, sem dispêndio de recursos de custeio pela CPRM;
4. Alguns Projetos institucionais selecionados pelos resultados esperados em curto ou médio prazo, ou relacionados às comemorações dos 500 Anos da Descoberta do Brasil ou ao 31st IGC.
5. Programa Qualidade CPRM

Além disso, decidiu-se concentrar esforços na finalização do maior número de produtos (mapas, relatórios etc...) que necessitam de poucos recursos para sua conclusão em escritório, lançamento oficial e divulgação entre os usuários.

f

Ao mesmo tempo, decidiu-se cortar despesas administrativas no que for possível, lutar para o aumento da receita própria e instar junto à SPO/MME pelo restabelecimento dos limites orçamentários de OCC a nível da Lei 9.789/99, que aprovou valores da ordem de R\$ 18,7 milhões na Fonte Tesouro para a CPRM. Hoje, tais valores estão na ordem de R\$ 16,3 milhões, se obedecido o Decreto 3.031/99, Portaria 59, de 14/06/99, ou R\$ 12,3, segundo o limite atual dado pela COF/MME. (ANEXO 1).

No que tange ao Plano de Adequação Estrutural, das 22 Metas acordadas em outubro do ano passado a nível de Diretoria, e discutidas com todos os gerentes de 1ª linha no Rio de Janeiro, em reunião no último mês de maio, 4 foram concluídas, 8 estão em andamento, e 9 estão paralisadas, dependendo ou de aprovação dos órgãos superiores (Conselho de Administração, MME, Ministério de Orçamento e Gestão), ou de recursos financeiros extraordinários. Dentre essas últimas, ressaltam como prioritárias, a Redução do Custo Fixo da Companhia (Meta 12), que inclui a fundamental implantação do Programa de Desligamento Incentivado - PDI e ainda possibilitará a renovação do quadro de pessoal, e a implementação efetiva da Ascensão Funcional (Meta 15), que permitirá completar o processo do novo Plano de Cargos e Salários e estabelecer remuneração justa para aqueles que tanto têm se dedicado à empresa (ANEXO 2).

3. RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA A PRÓXIMA ADMINISTRAÇÃO

Conforme mencionado, nessa década que termina, o período de 1990 a 1994 representou a reconstrução da CPRM- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, enquanto os anos 1995 a 1999 representam o nascimento e fortalecimento da CPRM- Serviço Geológico do Brasil.

Fortalecimento que só se dará se houver um mínimo de continuidade nas ações maiores inseridas, em linhas gerais, no Plano de Adequação Estrutural da instituição elaborado em outubro de 1998 e no Plano Estratégico 2000/2008 da Companhia, recém aprovado pela Diretoria Executiva, e cujas diretrizes e premissas obedecem àquelas do Governo Fernando Henrique para o PPA-2000/2003. Ambos os documentos contém valiosas e profundas contribuições de todas as unidades da CPRM e grande parte de seus colaboradores.

Ainda que muito se tenha evoluído nesses nove anos, longe está a CPRM de ter uma real política de pessoal em seu mais amplo sentido. É, pois, imprescindível o seu estabelecimento dentro dos conceitos mais modernos e justos.

O programa de treinamento de pessoal deve ser retomado, dentro das possibilidades orçamentárias, mas com alta criatividade, aproveitando-se órgãos concessionários de bolsas, como o CNPq e as próprias fundações estaduais de pesquisa (FAPERJ, FAPESP e congêneres). Ele também se constitui em investimento no futuro do Serviço Geológico do Brasil.



Em tempos de recursos escassos, há que se priorizar as atividades das instituições governamentais, e o Serviço Geológico do Brasil não poderá fugir a essa regra básica. E essa priorização, dentro da política de Governo, deve estar voltada para as soluções e resultados demandados pela sociedade, o mais legítimo cliente daquelas instituições.

Dessa forma, na **Amazônia** são essenciais os levantamentos geológicos, precedidos pela aerogeofísica e estudos envolvendo outros sensoriamentos remotos, com vistas à descoberta de depósitos minerais de classe internacional e próximos à superfície, além da intensificação dos estudos hidrológicos. Aqui, a parceria com o Projeto SIVAM, a SUDAM, a OEA, o BASA, o INPA e outras instituições estaduais e municipais é extremamente interessante. A retomada dos importantes Projetos do Programa de Integração Mineral dos Municípios do Amazonas - PRIMAZ, pode se dar por uma dessas parcerias.

No **Nordeste**, dentro daquele princípio de sociedade, os recursos hídricos devem ser prioritários, em particular os subterrâneos, além dos minerais não metálicos, com ênfase aos materiais de revestimento.

No **Centro-Oeste**, região agro-pastoril e mineira por excelência, são importantes os projetos de zoneamento ecológico-econômico, o estudo geológico básico no norte de Mato Grosso principalmente voltado à descoberta de minerais metálicos, além de insumos para agricultura, incluindo água para irrigação.

Nas regiões **Sudeste e Sul**, os projetos do Programa GATE- Informações para a Gestão Territorial, e aqueles ligados aos bens minerais não-metálicos (materiais para construção civil, insumos para agricultura) são fundamentais. Parcerias como as que vêm sendo desenvolvidas com os Governos de Minas Gerais (Projetos Leste e São Francisco), Rio Grande do Sul (Guaíba), São Paulo (Bacia do Mogi), entre outros, são exemplos que devem ser perseguidos.

Além desses aspectos técnicos, é importante frisar que sem o fortalecimento do **Programa Qualidade CPRM**, dificilmente a CPRM terá um futuro brilhante, e que sem o diálogo com as Associações de Empregados, representados nacionalmente pela CONAE - Coordenação Nacional daquelas Associações Regionais e com a AGEN - Associação de Geólogos e Engenheiros da CPRM, a atuação da CPRM, como Serviço Geológico do Brasil, não estará completa. Dirigentes e funcionários unidos constituem a verdadeira força da instituição, quando há diálogo baseado no respeito mútuo em torno dos mesmos objetivos.

4. CONCLUSÕES FINAIS

A história da CPRM, desde a sua fundação, é rica de grandes benefícios para o País. As críticas a ela dirigidas, a posteriori, pela sua atuação nas décadas de 70 e 80, são descabidas, infundadas, ainda que se possam reconhecer vários erros e desacertos então cometidos. Naquela época a Companhia fez o que a ela era determinado, e seu esforço inaudito de promover o levantamento geológico do Brasil, para o DNPM e outras instituições, além de seu tradicional trabalho na área de recursos hídricos - com destaque

R

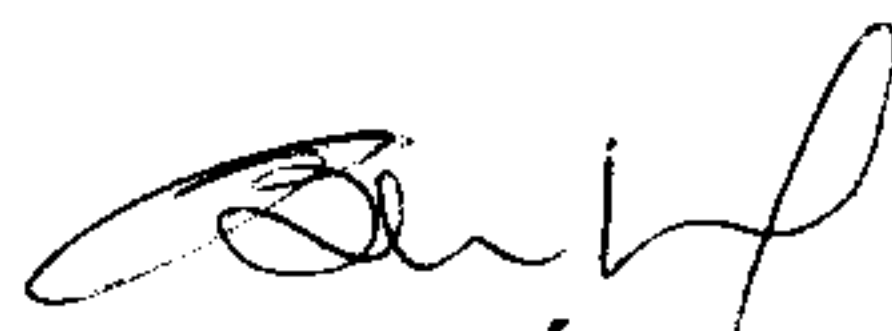
para os subterrâneos e os de superfície para o DNAEE/ANEEL - trouxeram enormes frutos para o nosso País. Erros e desacertos também serão identificados na administração desses últimos 9 anos, assim como os acertos e benefícios.

Os percalços do início da década de 90 - iniciando-se pela retirada da Companhia da lista Collor das instituições "inservíveis", graças à atuação do ex-Ministro Dias Leite - só puderam ser vencidos pela "garra" de seus funcionários, e pela confiança depositada na Diretoria da empresa nesses anos todos.

Confiança adquirida com o "diálogo, a transparência e a união de esforços em torno de um mesmo objetivo" (no caso, a consolidação da CPRM como Serviço Geológico do Brasil)

Por fim , não poderia deixar de registrar a todos os companheiros de Diretoria que, nesses anos, contribuíram para o alcance das metas pretendidas, e a cada um dos funcionários, pelo seu constante apoio e confiança.

Brasília, 12 de agosto de 1999



CARLOS OITÍ BERBERT
Diretor- Presidente

ANEXO 1

ORÇAMENTO 1999 - EVOLUÇÃO

Orçamento 1999 - Evolução**Limite Orçamentário - Outros Custeio e Capital - OCC**

Situação em 21 de julho de 1999

R\$ um

INSTRUMENTOS LEGAIS	TESOURO FONTE 199	PRÓPRIA FONTE 250	TOTAL	%
(A) Lei 9.789/99	18.737.265	21.335.000	40.072.265	100,00%
(B) Dec. 3.031/99 - Portaria 59, DE 14/06/99	16.290.178	18.548.649	34.838.827	86,94%
(C) = A - B Valor Contingenciado - Lei - Decreto	2.447.087	2.786.351	5.233.438	13,06%
(D) = E + F + G + H Limite Atual - COF	12.302.373	16.335.000	28.637.373	82,20%
(E) Limite COF - Ofício 018/COF, de 11.03.99	4.031.660	3.566.296	7.597.956	21,81%
(F) Limite COF - Ofício 055/COF, de 04.05.99	3.270.713	7.142.460	10.413.173	29,89%
(G) Limite COF - Ofício 090/COF, de 11.06.99	0	10.626.244	10.626.244	30,50%
(H) Limite COF - Ofício 111/COF, de 08.07.99	5.000.000	(5.000.000)	0	0,00%
(I) = B - D Diferença entre Dec. e Limite COF	3.987.805	2.213.649	6.201.454	17,80%
(J) Financeiro Recebido - OCC	9.467.200	9.321.163	18.788.363	65,61%
(K) = D - J Financeiro a receber - OCC	2.835.173	7.013.837	9.849.010	34,39%

PORTARIA 59, DE 14/06/99 (M.M.ENERGIA)	LEI+CREDITOS	273.167.000		
	LIMITE AUTORIZADO	237.483.000	⇒	86,94%
	PERCENTUAL CONTINGENCIADO		⇒	13,06%

Decreto 3031/99, de 20.04.99 - Limita as Despesas dos Órgãos do Poder Executivo dos grupos de OCC,

Inversões Financeira e Restos a Pagar.

Portaria 59, de 14.06.99 - Altera o Limite para Movimentação e Empenhos

LIMITE COF - Limita (Autoriza) as Despesas no exercício, através de Ofício COF.

J

ANEXO 2

**PLANO DE ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL
DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EM 31/07/99**

PLANO DE ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL

Diagnóstico da Situação em 31 de julho de 1999

Início do Plano: outubro/98
Período: 9 meses

1. Metas Concluídas

- 1.1. Meta 02 - Redefinição de prioridades e macrodiretrizes
- 1.2. Meta 03 - Reavaliação de programas, subprogramas, projetos e atividades no PAT 99
- 1.3. Meta 11 - Adaptação da estrutura funcional-programática
- 1.4. Meta 18 - Redução da mão-de-obra terceirizada

2. Metas com Andamento Previsto

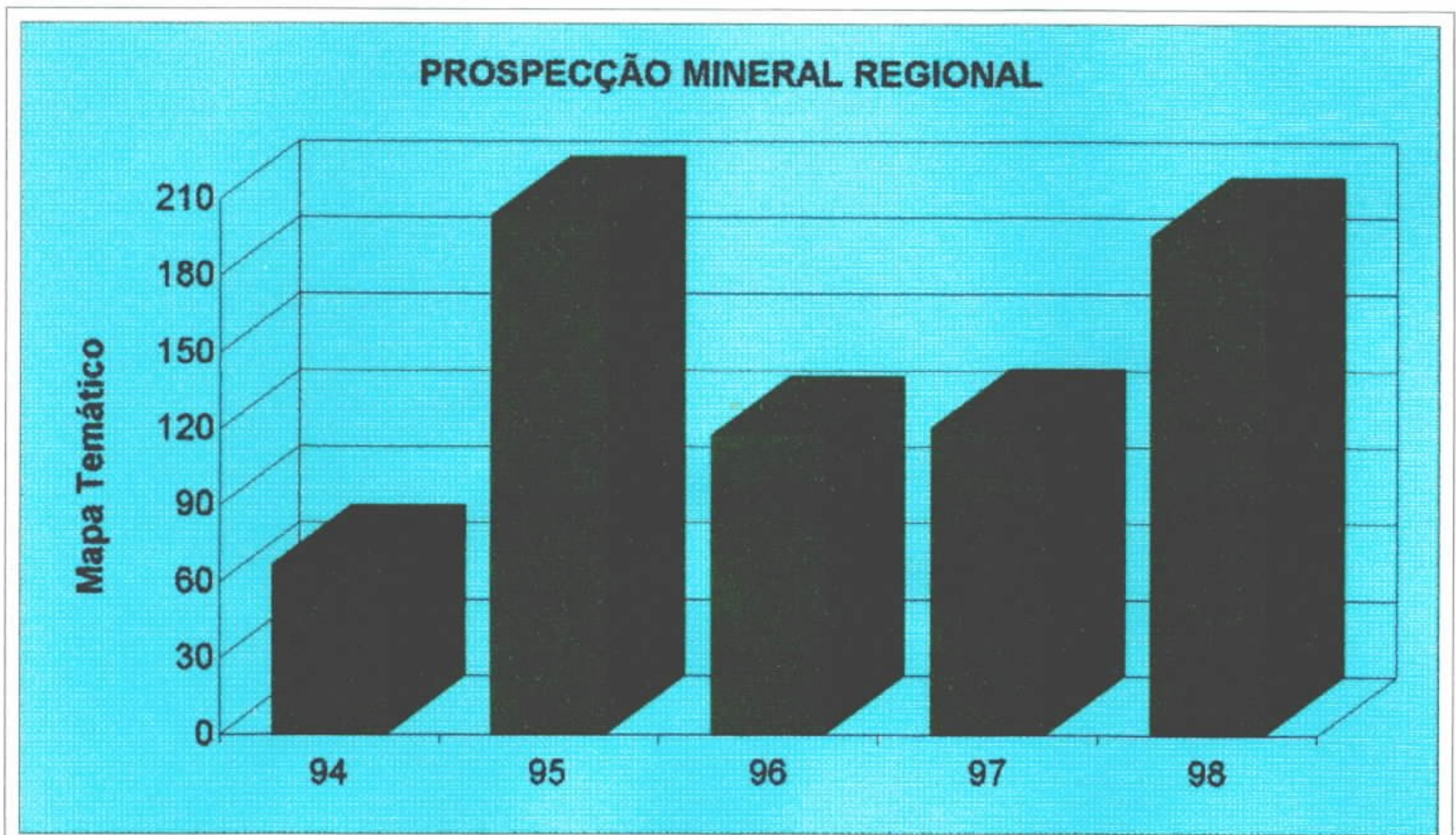
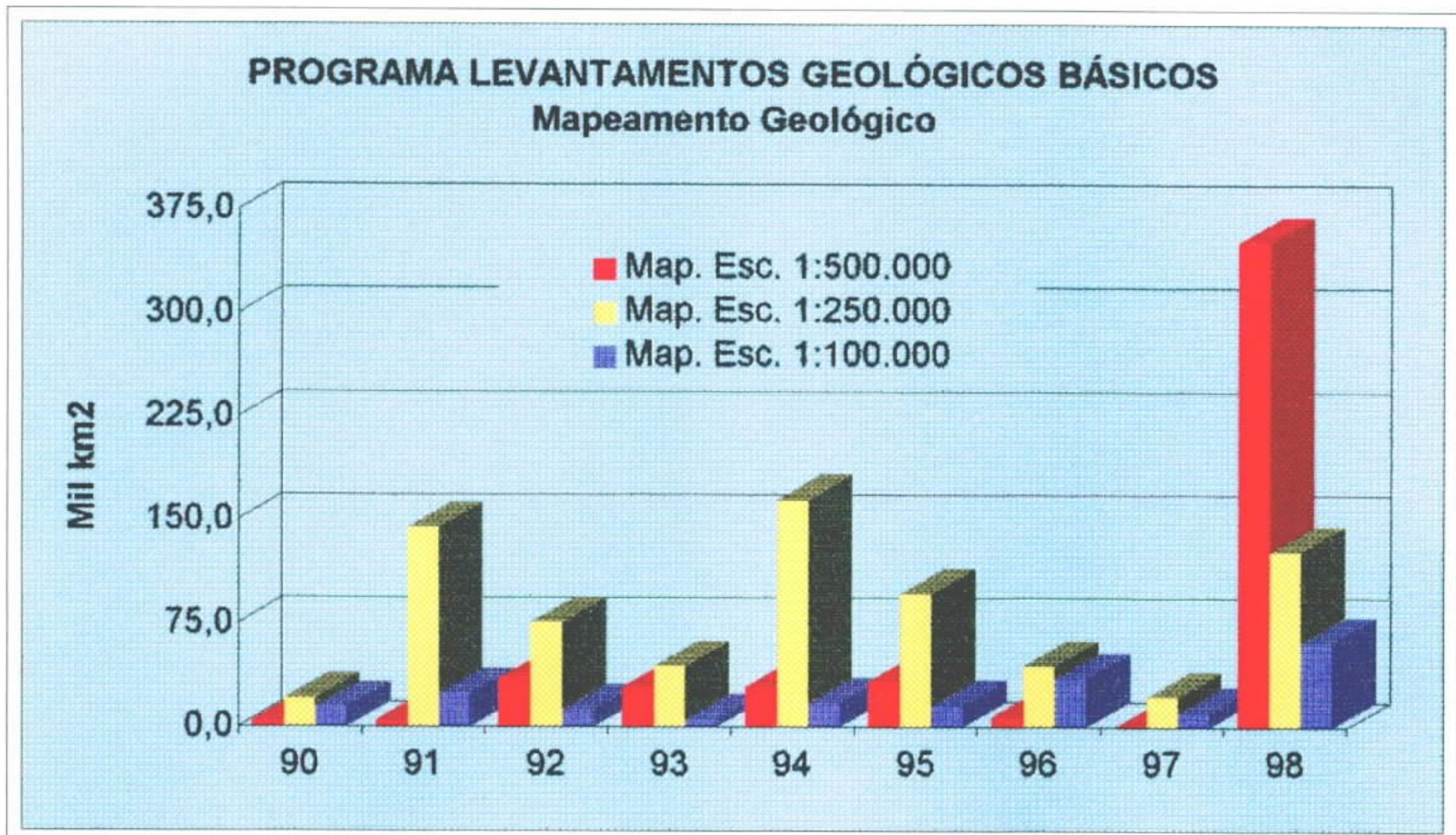
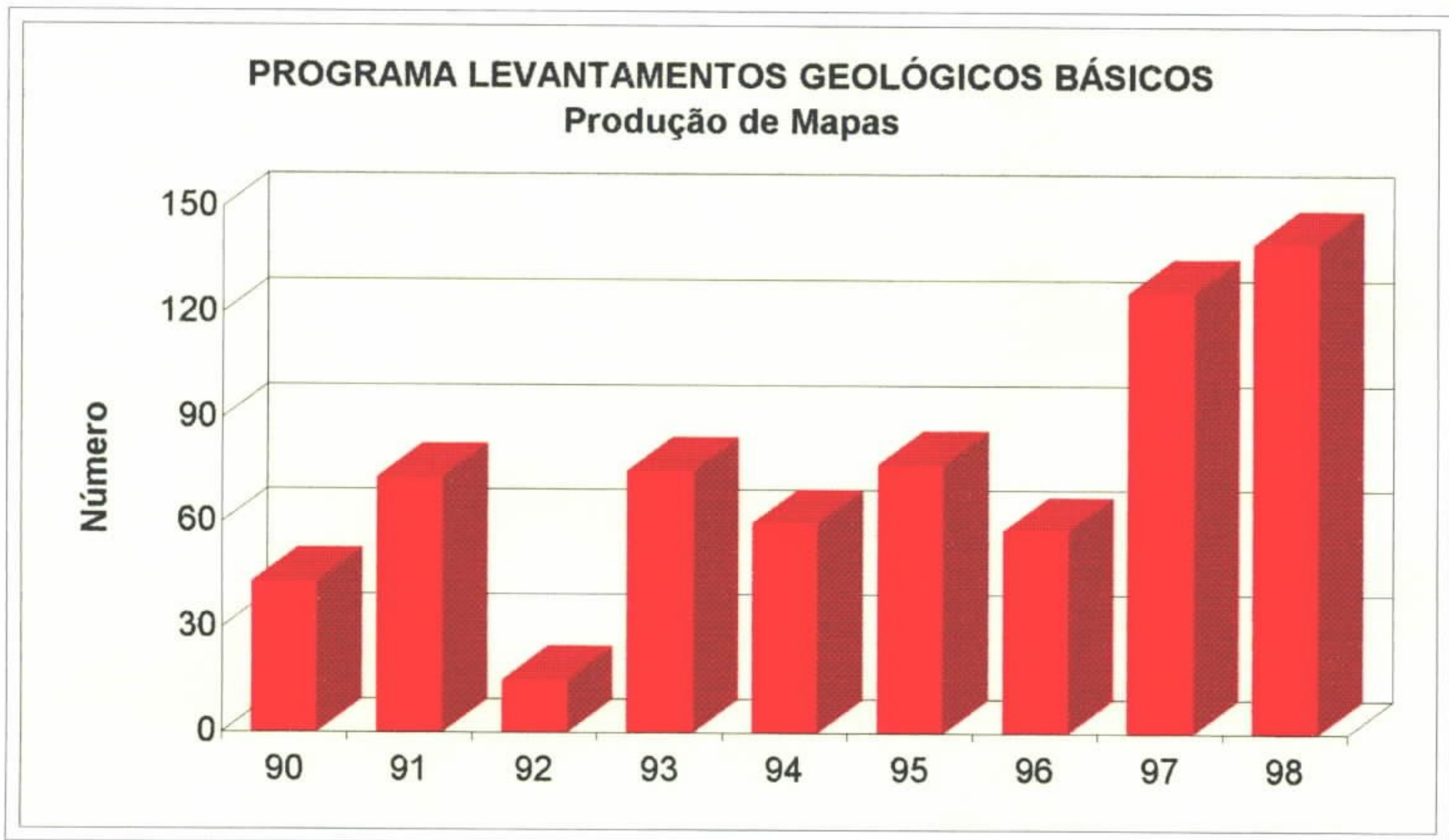
- 2.1. Meta 01 - Inserção da CPRM no Programa de Reforma do Estado ✓
- 2.2. Meta 04 - Atualização de bases de dados
- 2.3. Meta 05 - Consistência de dados e divulgação das bases
- 2.4. Meta 06 - Ampliação das bases com registros hidrológicos e de petróleo e gás
- 2.5. Meta 07 - Agilização da digitalização do acervo cartográfico 1:250.000
- 2.6. Meta 10 - Geração de novo Sistema de Informações de Recursos Naturais
- 2.7. Meta 21 - Simplificação de processos administrativos
- 2.8. Meta 22 - *Downsizing* de sistemas

3. Metas Atualmente Paralisadas

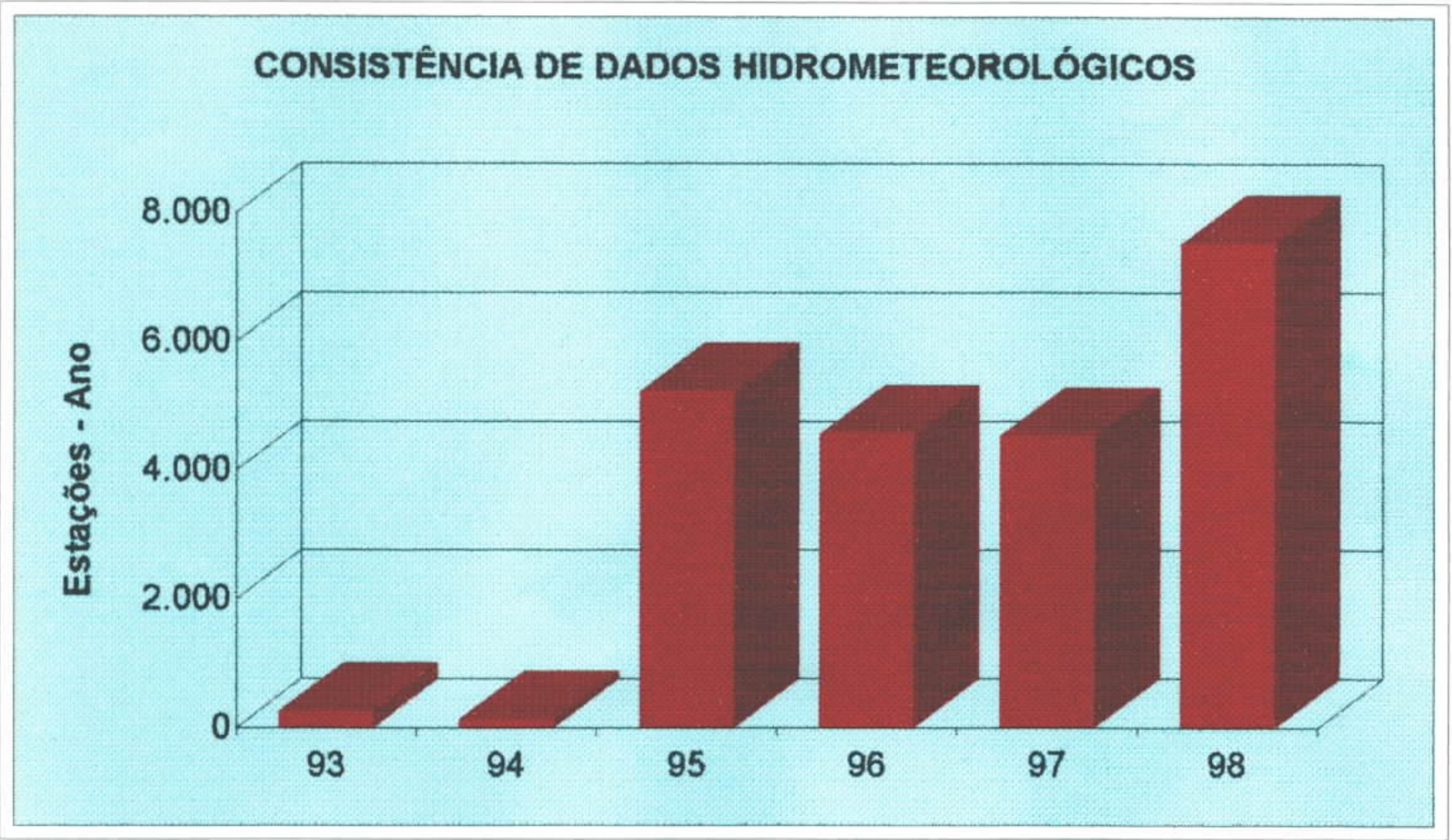
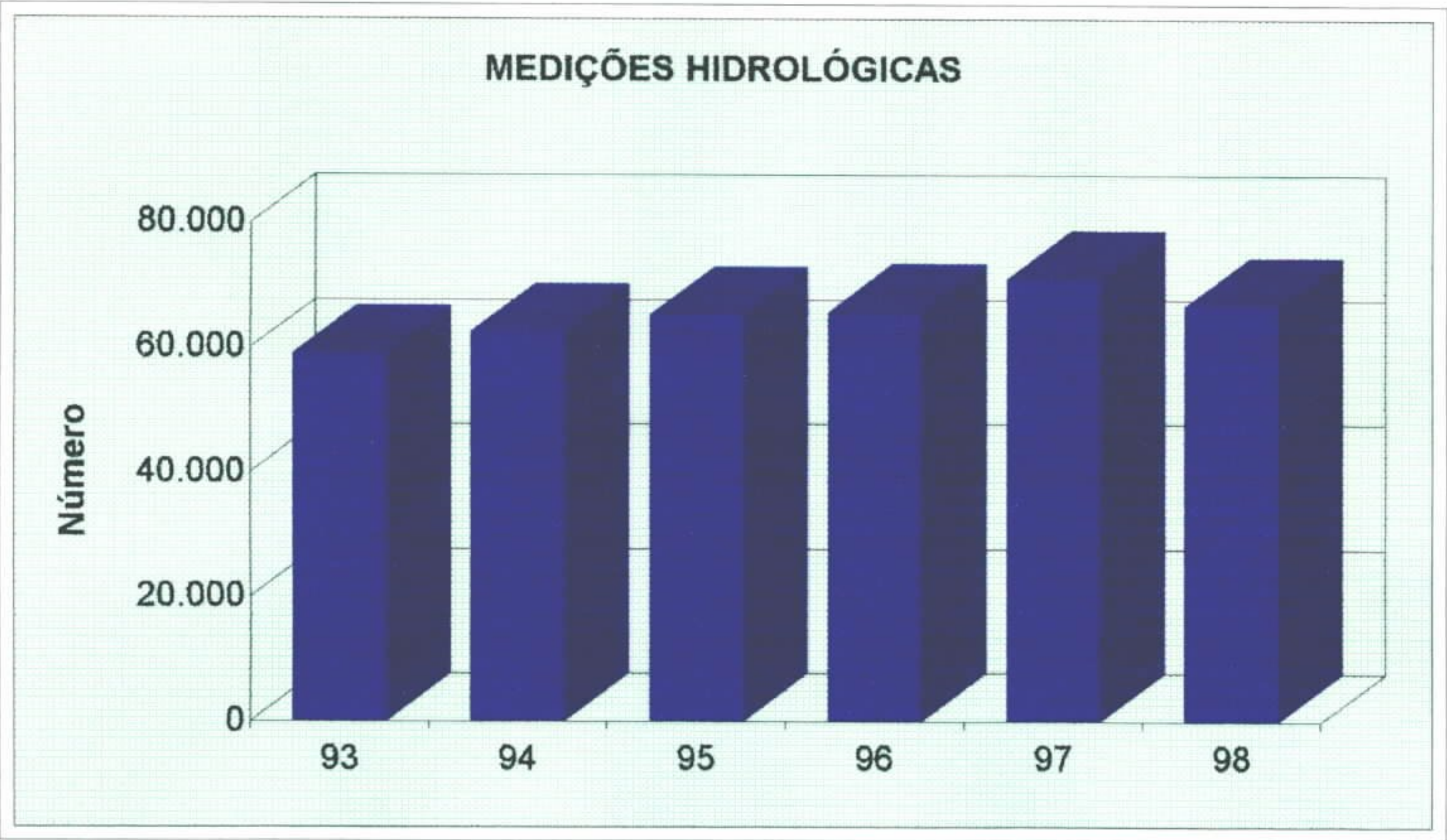
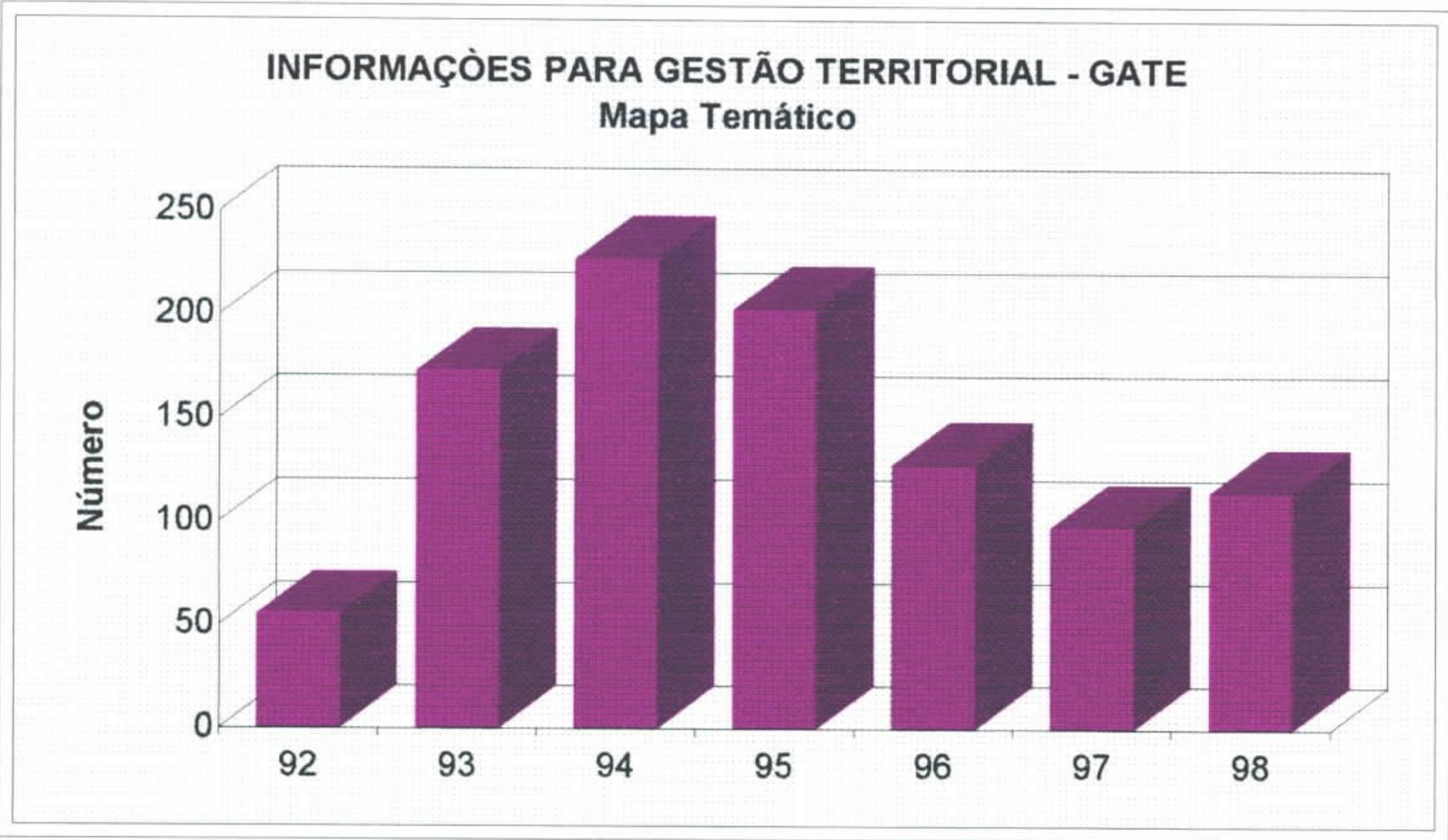
- 3.1. Meta 08 - Implementação da CPRMNet
Observações: aguarda recursos orçamentários
- 3.2. Meta 09 - Análise de produtos e consulta a clientes
Observações: aguarda reinício dos trabalhos pelo Conselheiro Breno Augusto dos Santos
- 3.3. Meta 12 - Redução do custo fixo
Observações: aguarda Plano de Desligamento Incentivado, a conclusão do processo de desmobilização da sondagem e a conclusão das metas 13 e 20
- x 3.4. Meta 13 - Reordenamento espacial
Observações: aguarda orientação
- 3.5. Meta 14 - Racionalização do custo de pessoal e encargos
Observações: aguarda orientação
- 3.6. Meta 15 - Implementação de novo PCS e da Ascensão Funcional
Observações: Aguarda recursos orçamentários
- x 3.7. Meta 16 - Melhoria do perfil técnico
Observações: Aguarda orientação
- 3.8. Meta 19 - Programa de reequipamento
Observações: Aguarda recursos orçamentários (orçamento anual insuficiente)
- 3.9. Meta 20 - Implantação de novo organograma
Observações: Aguarda orientação

ANEXO 3

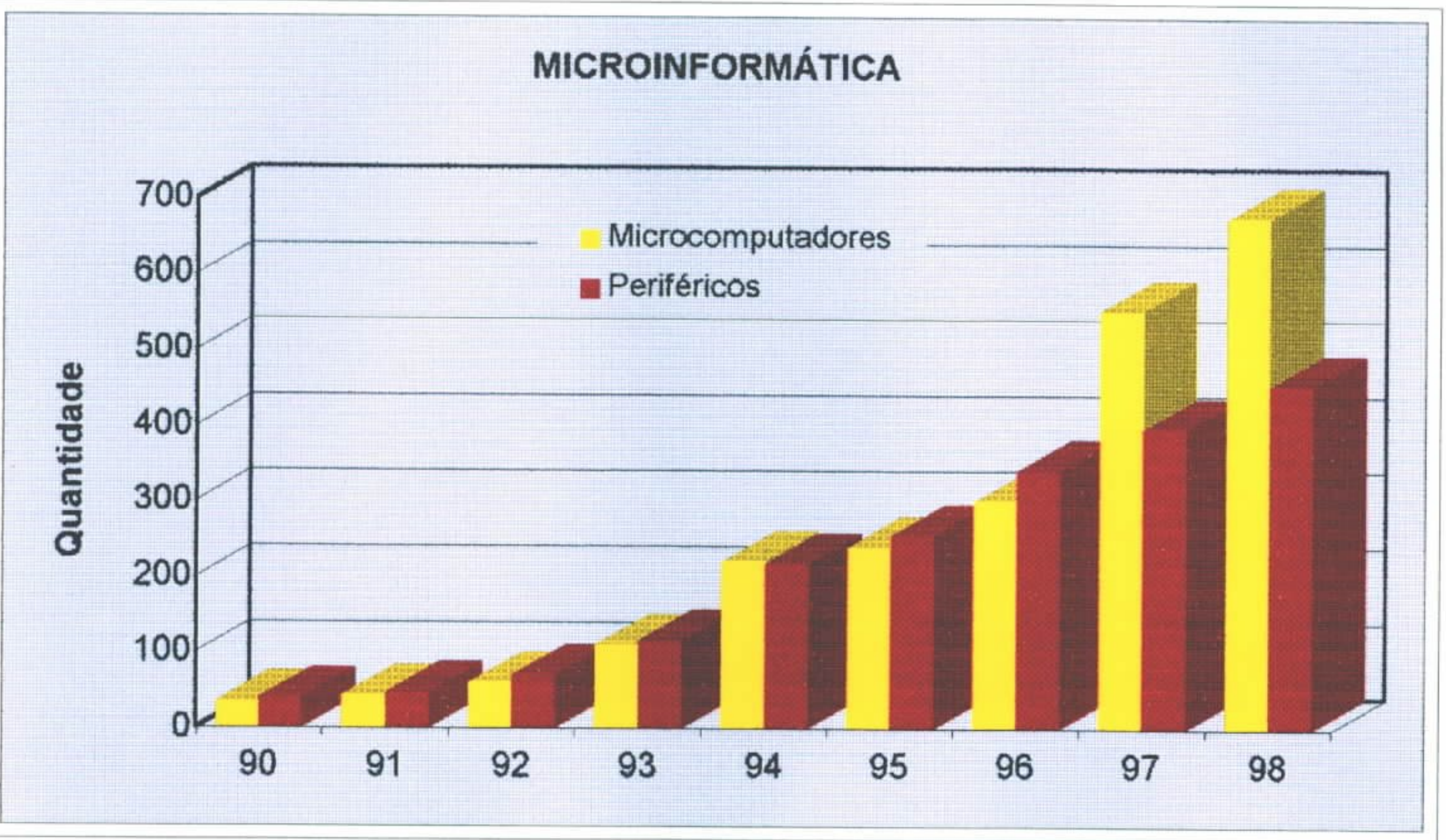
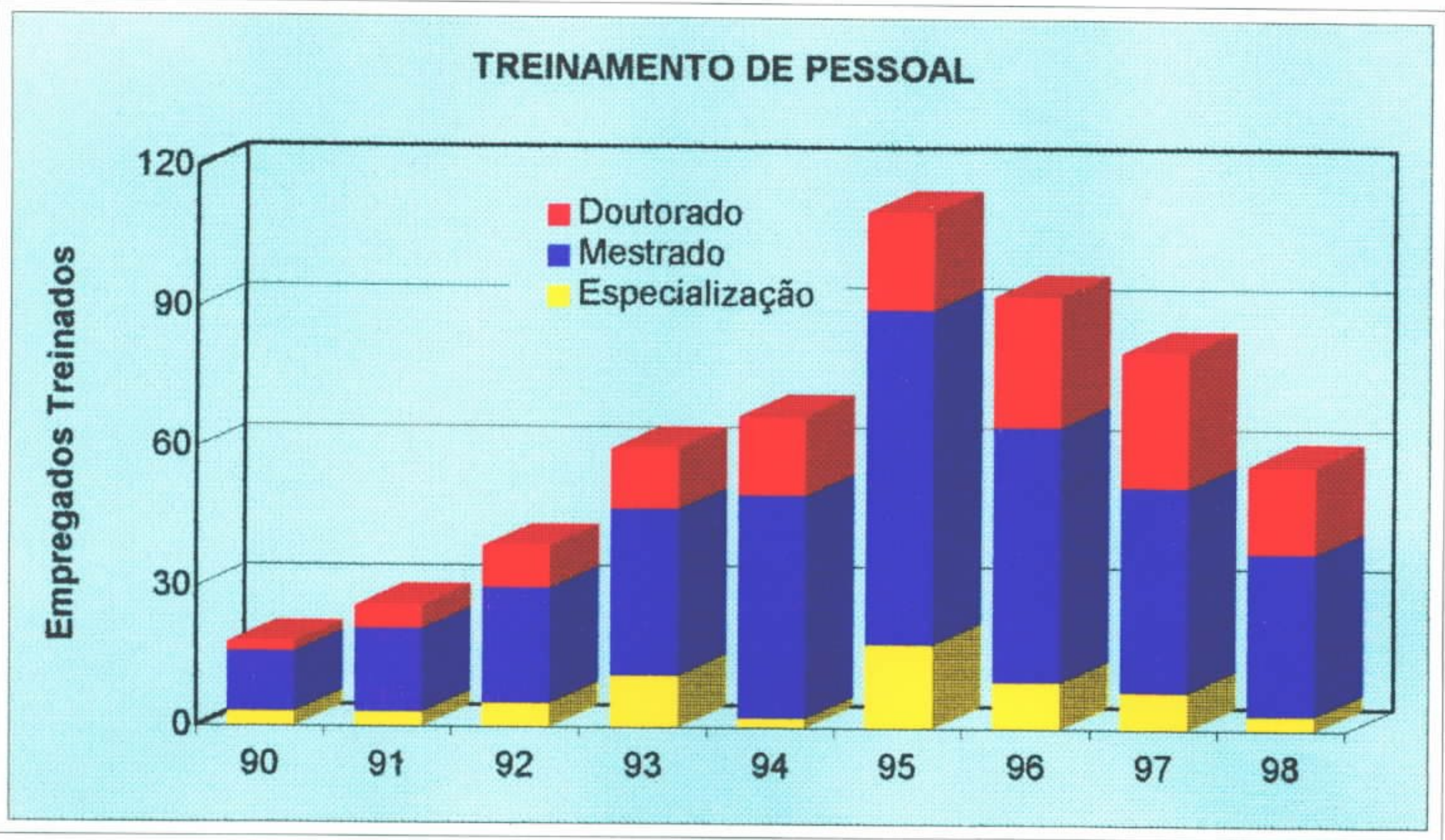
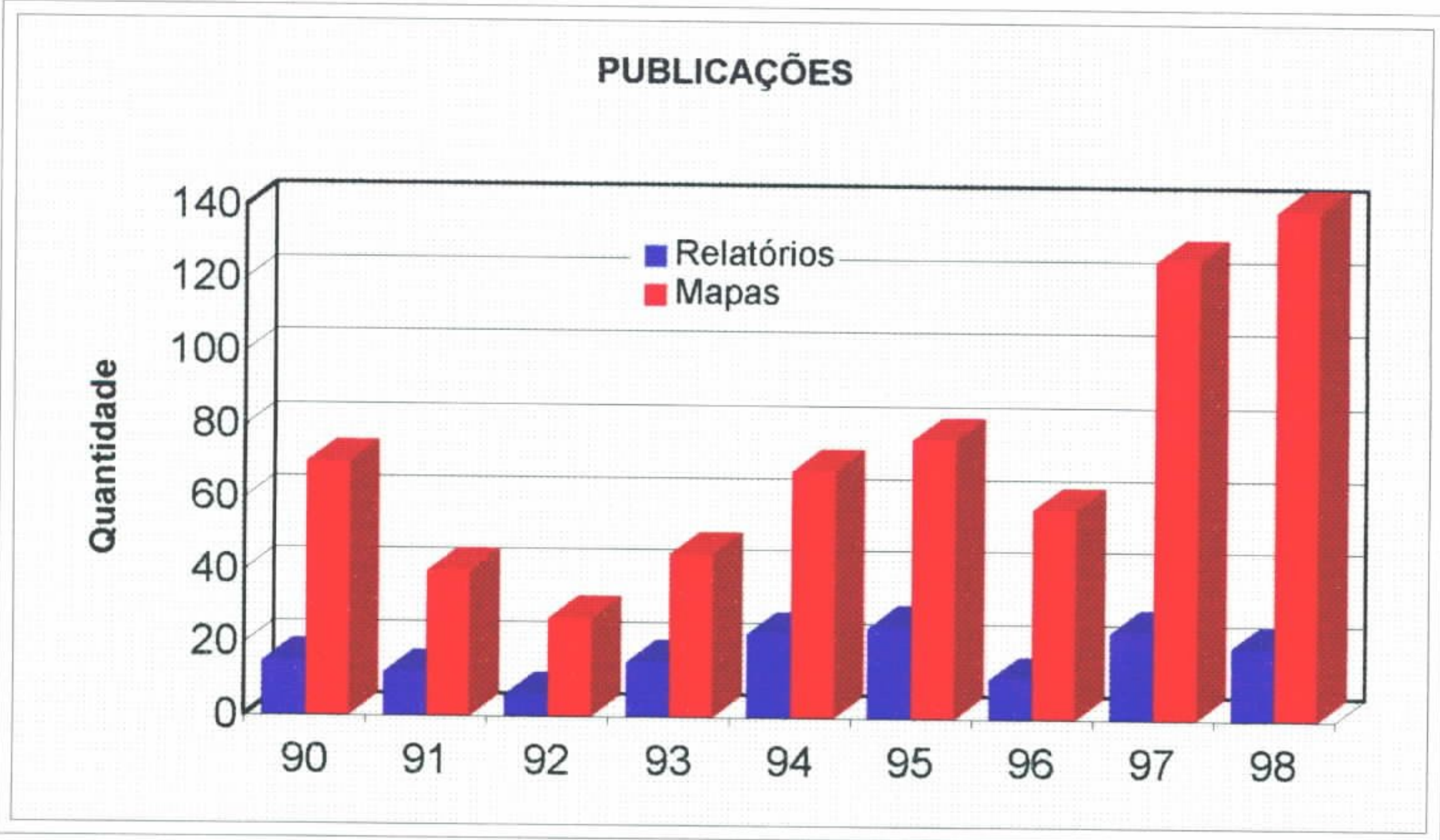
INDICADORES DE DESEMPENHO



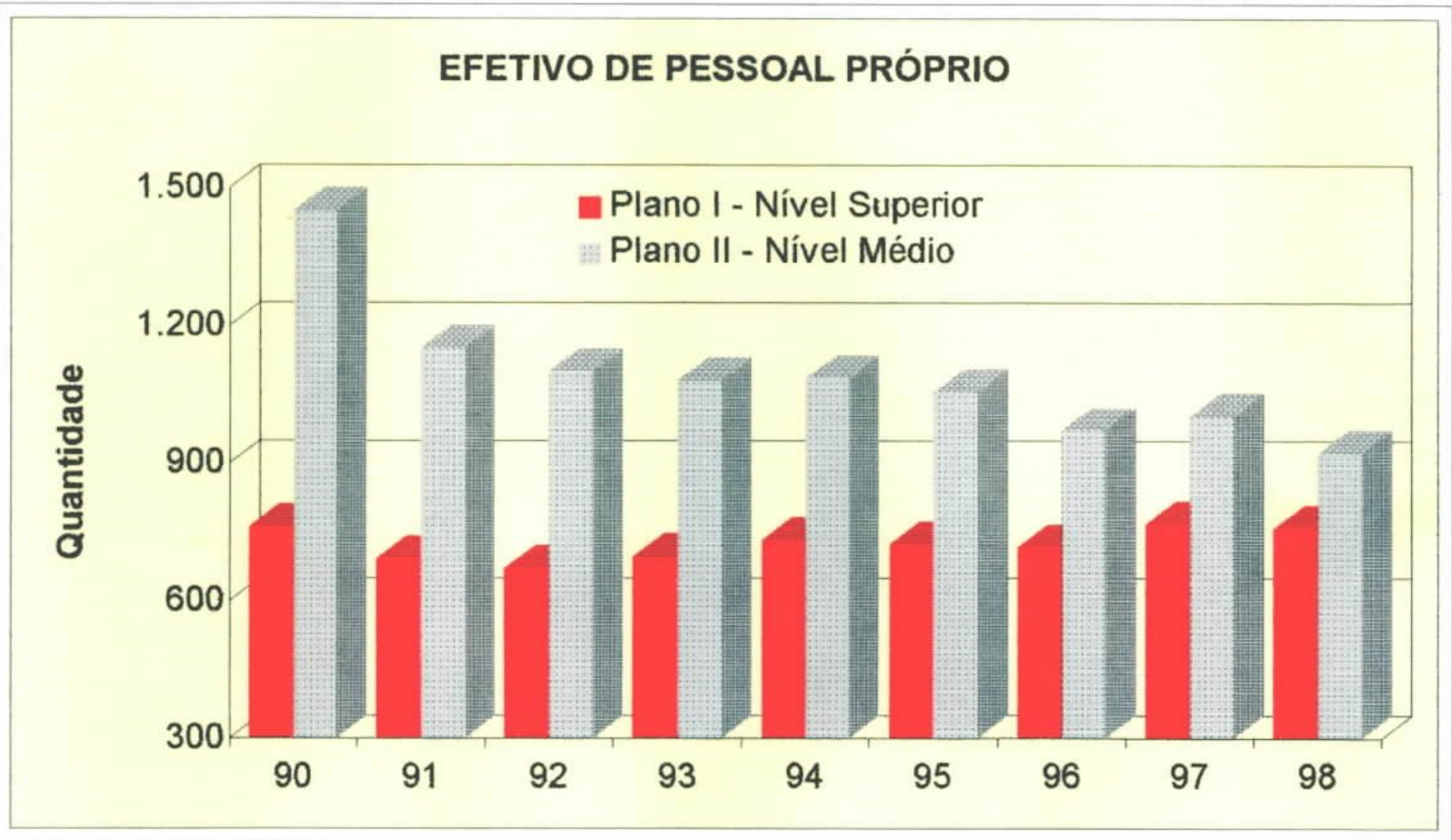
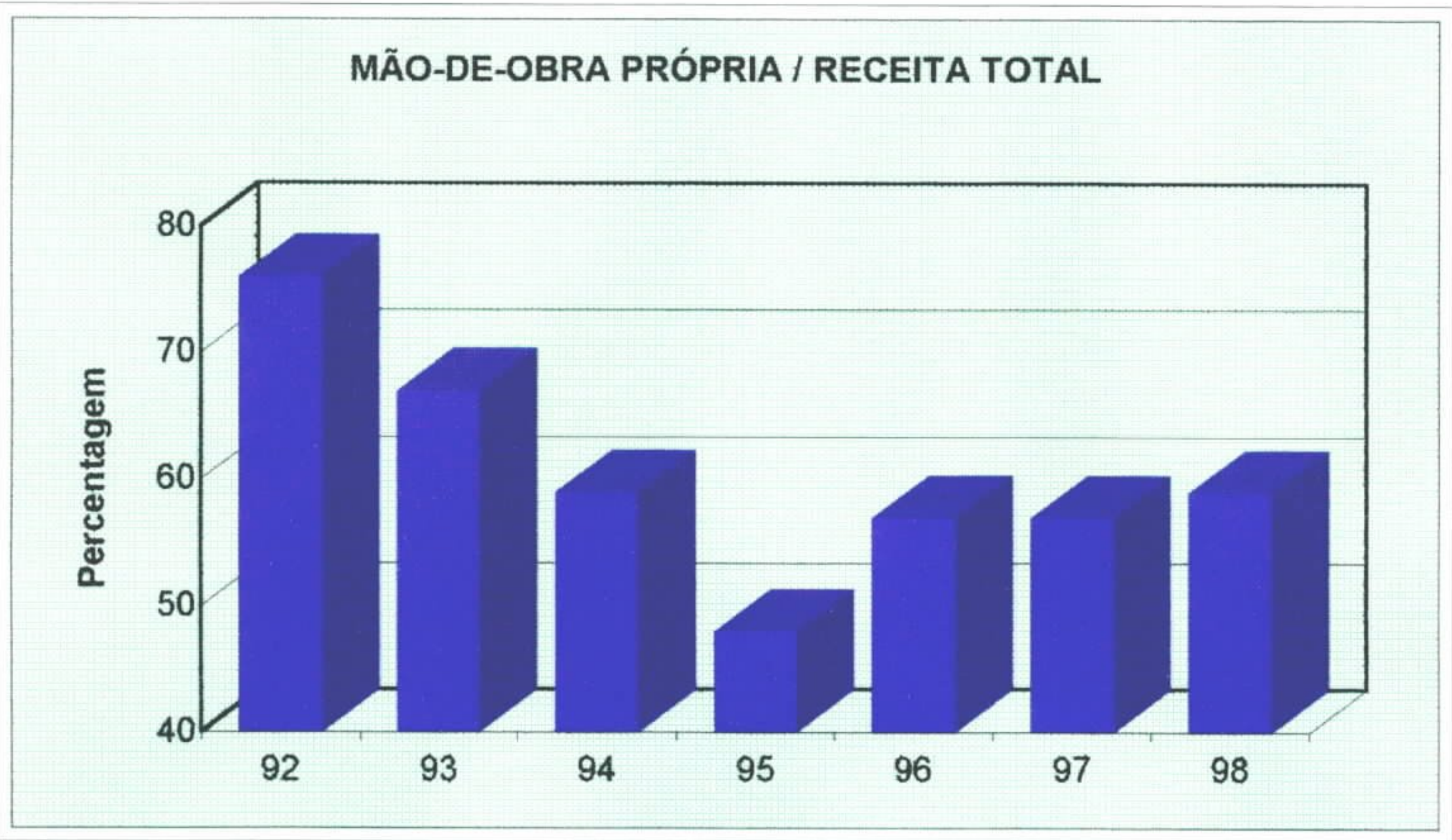
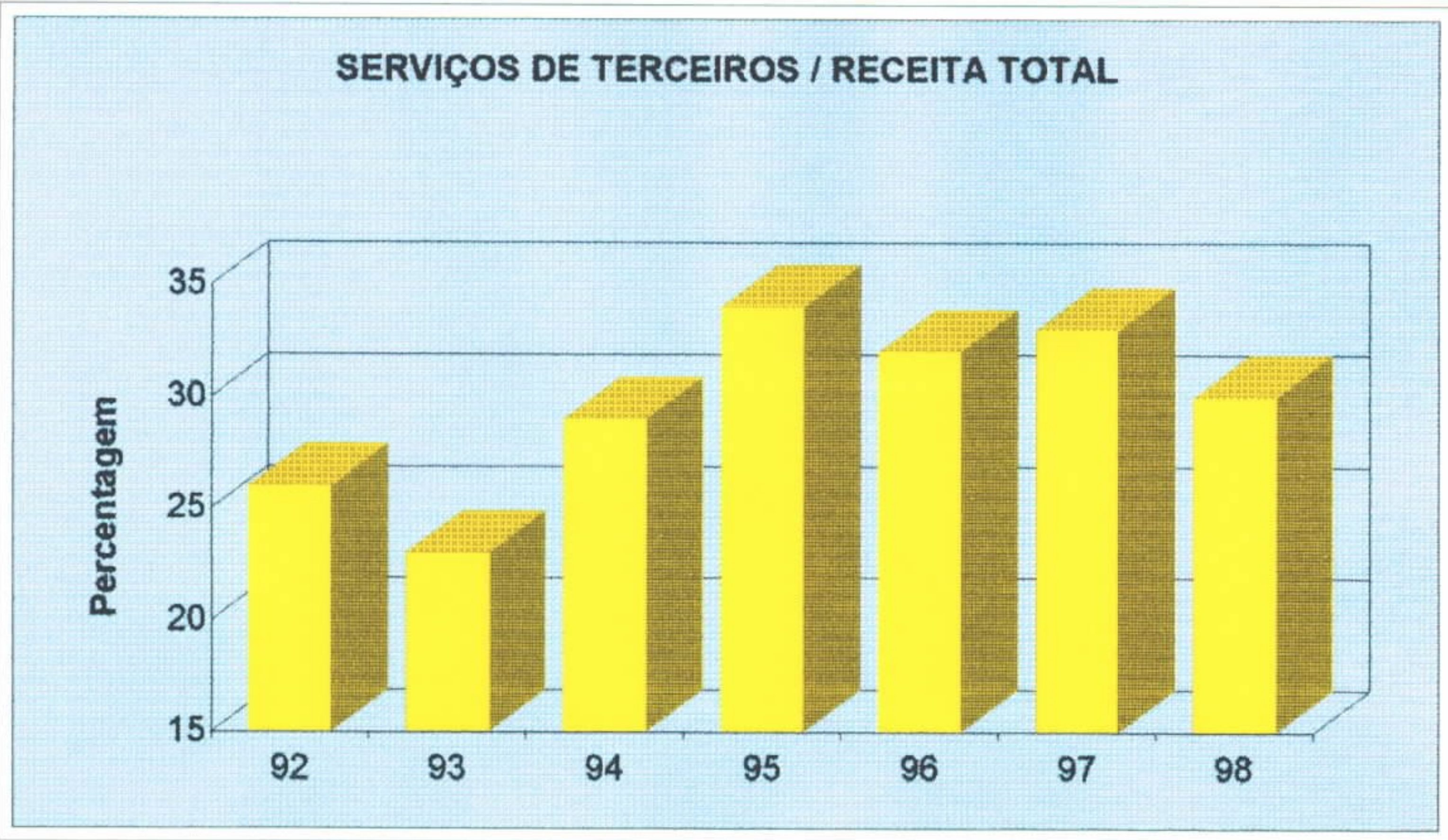
R



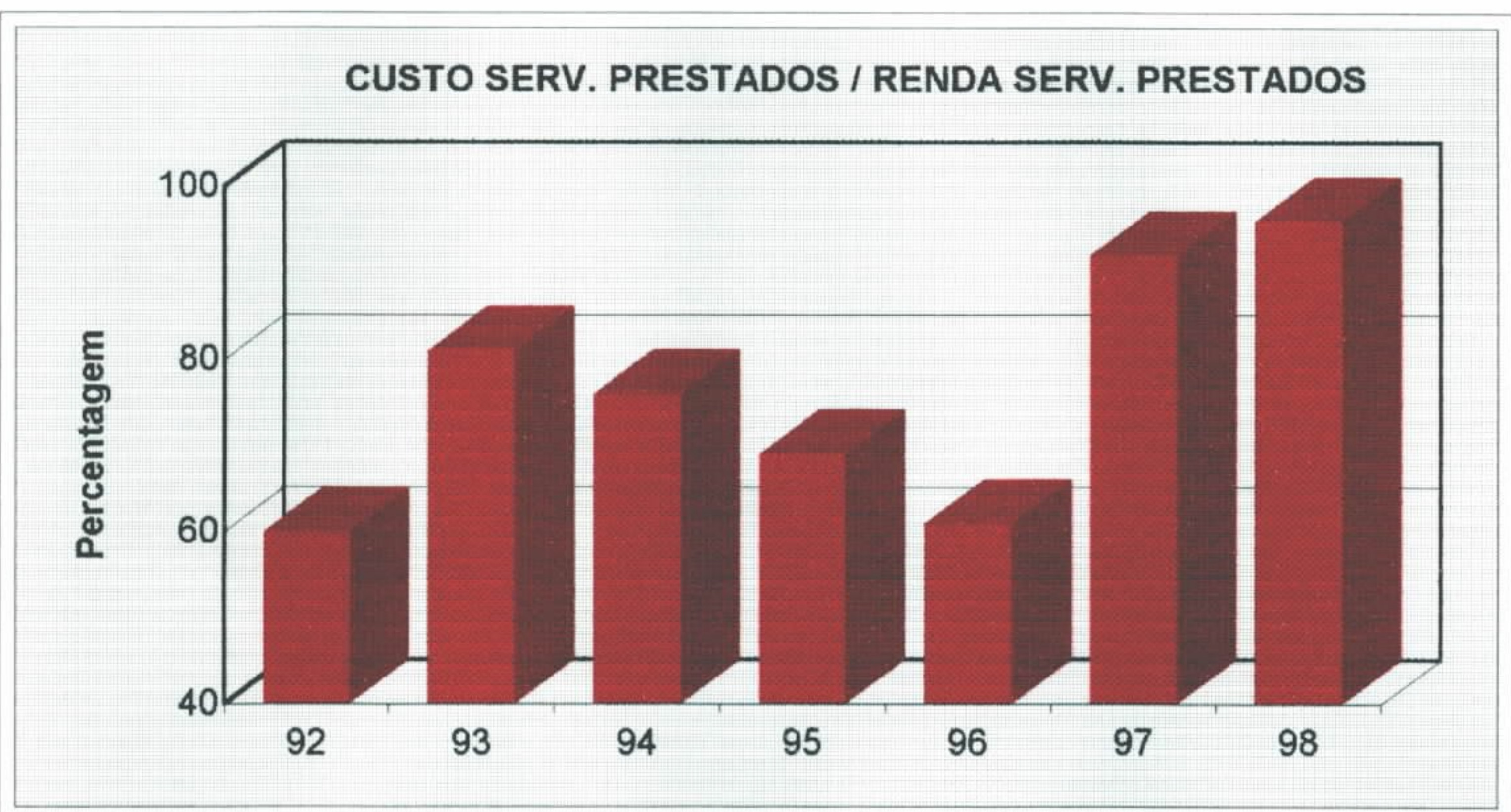
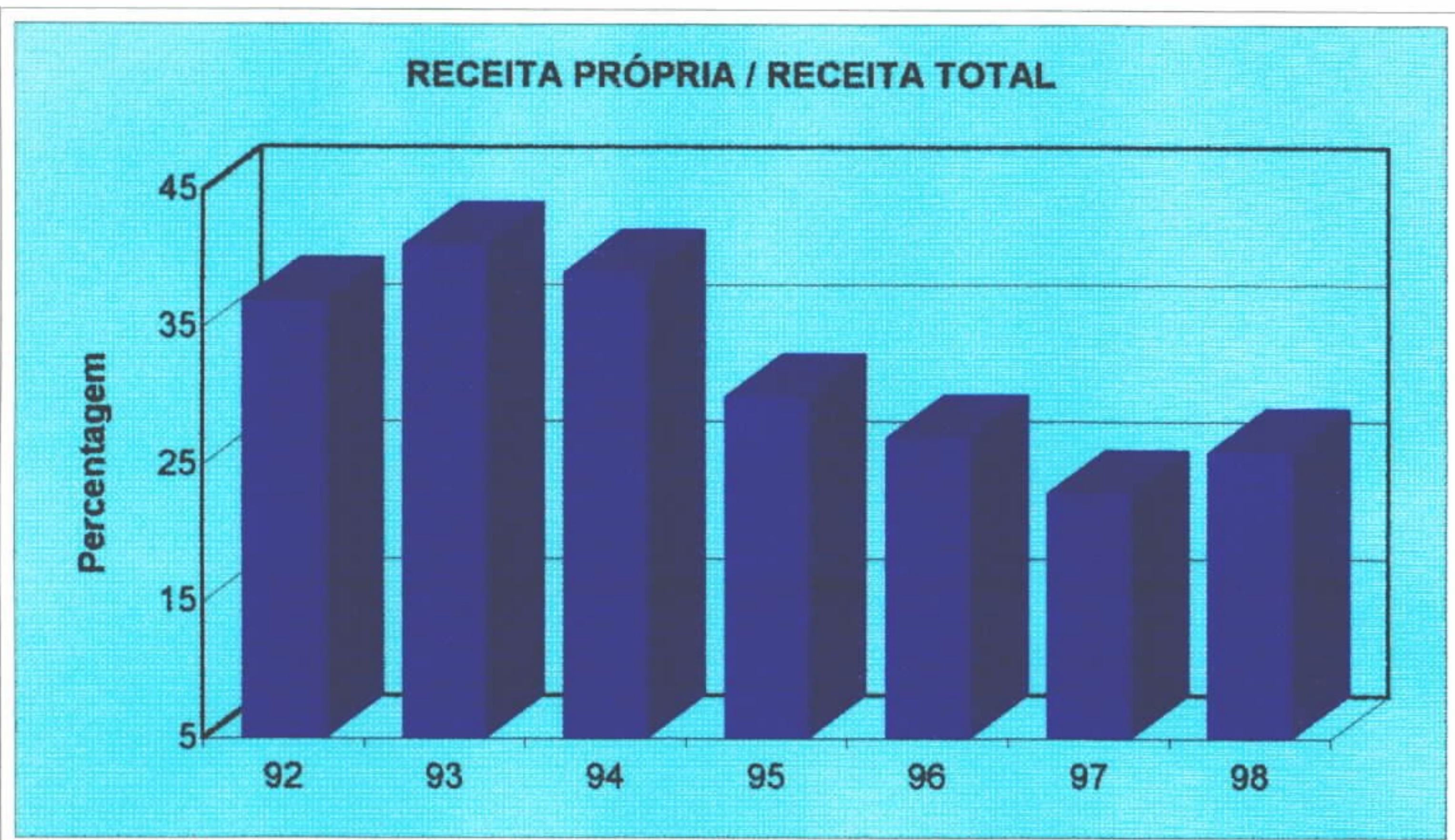
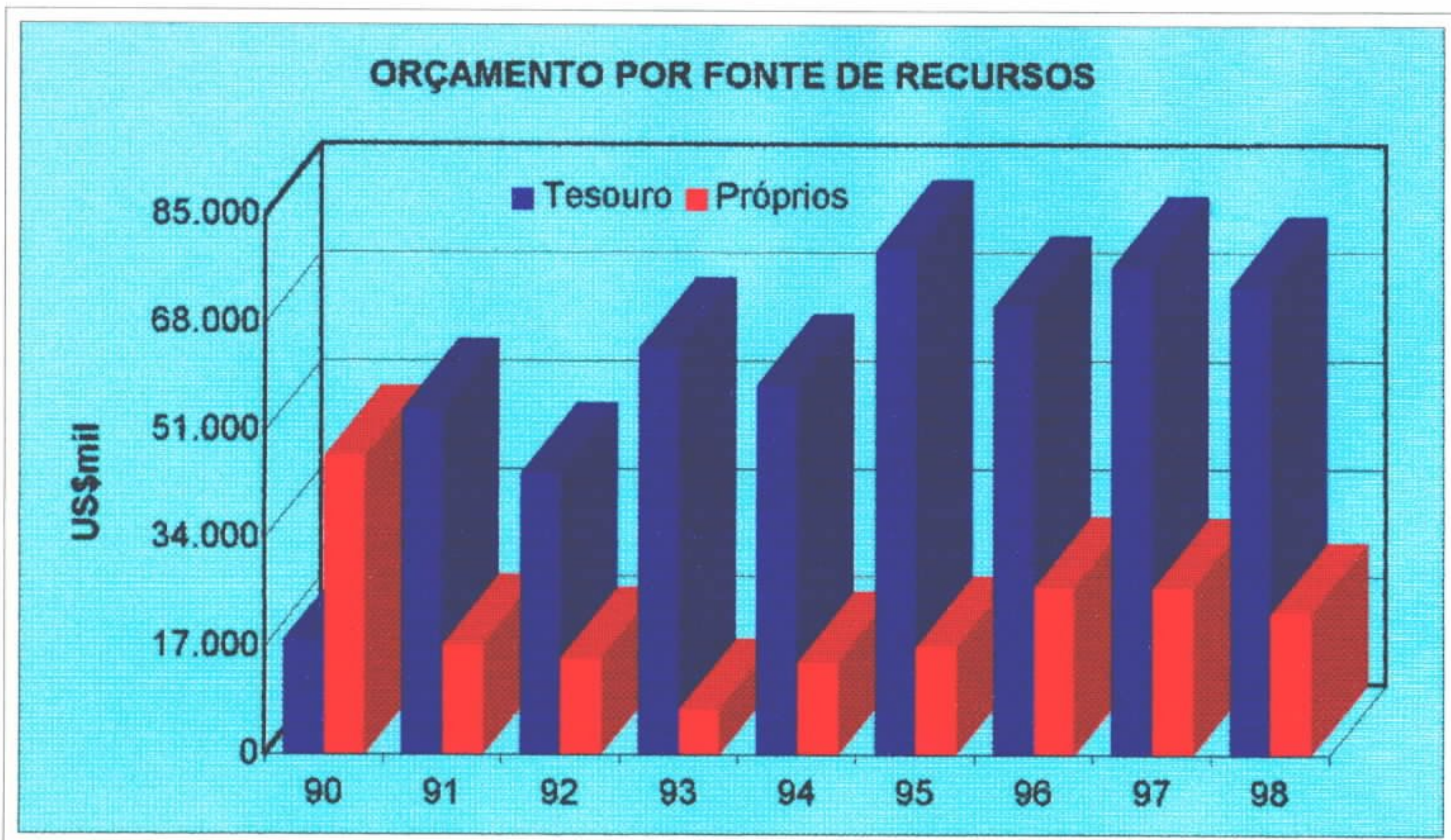
R



Handwritten signature or mark.

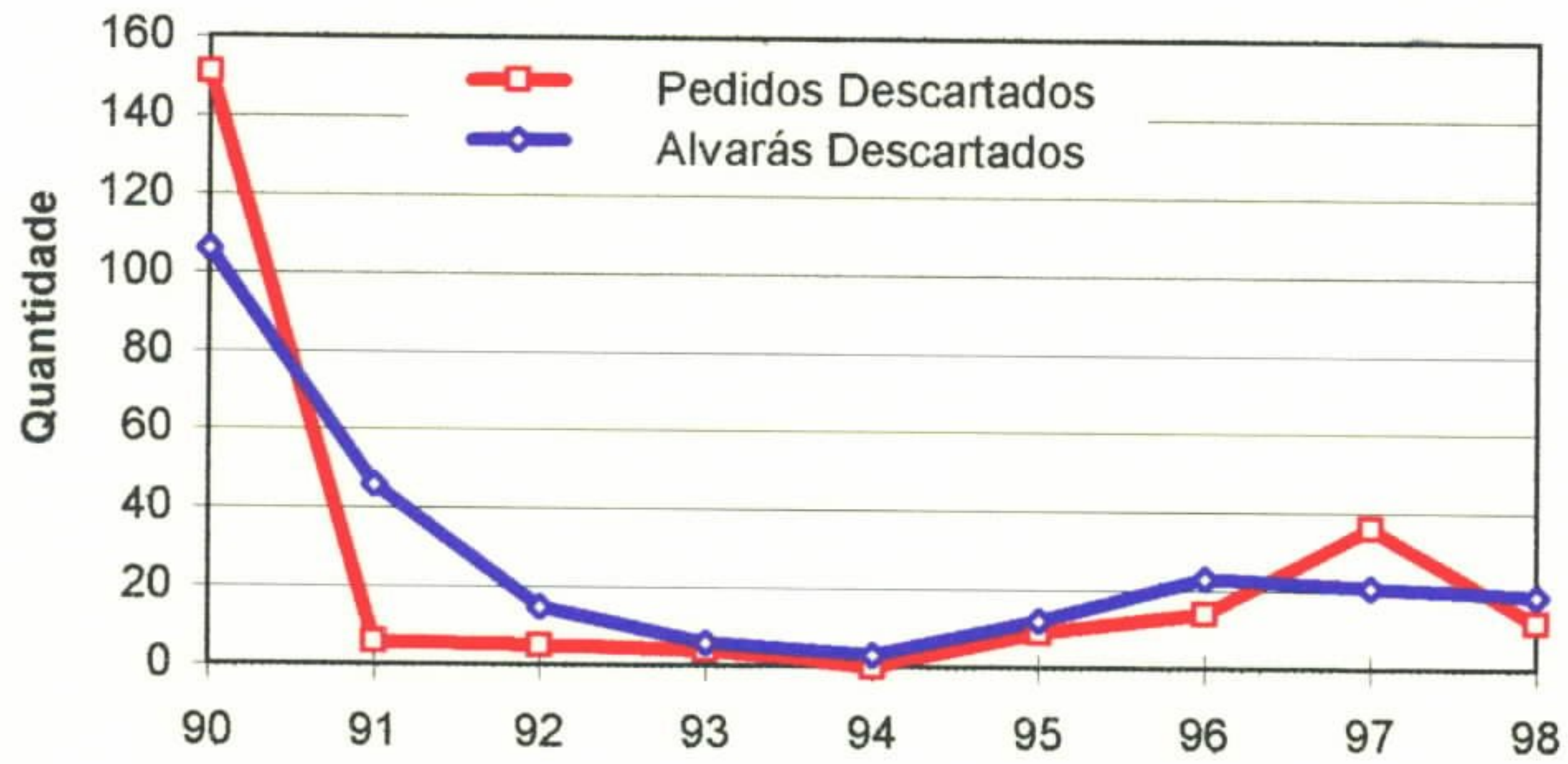


R

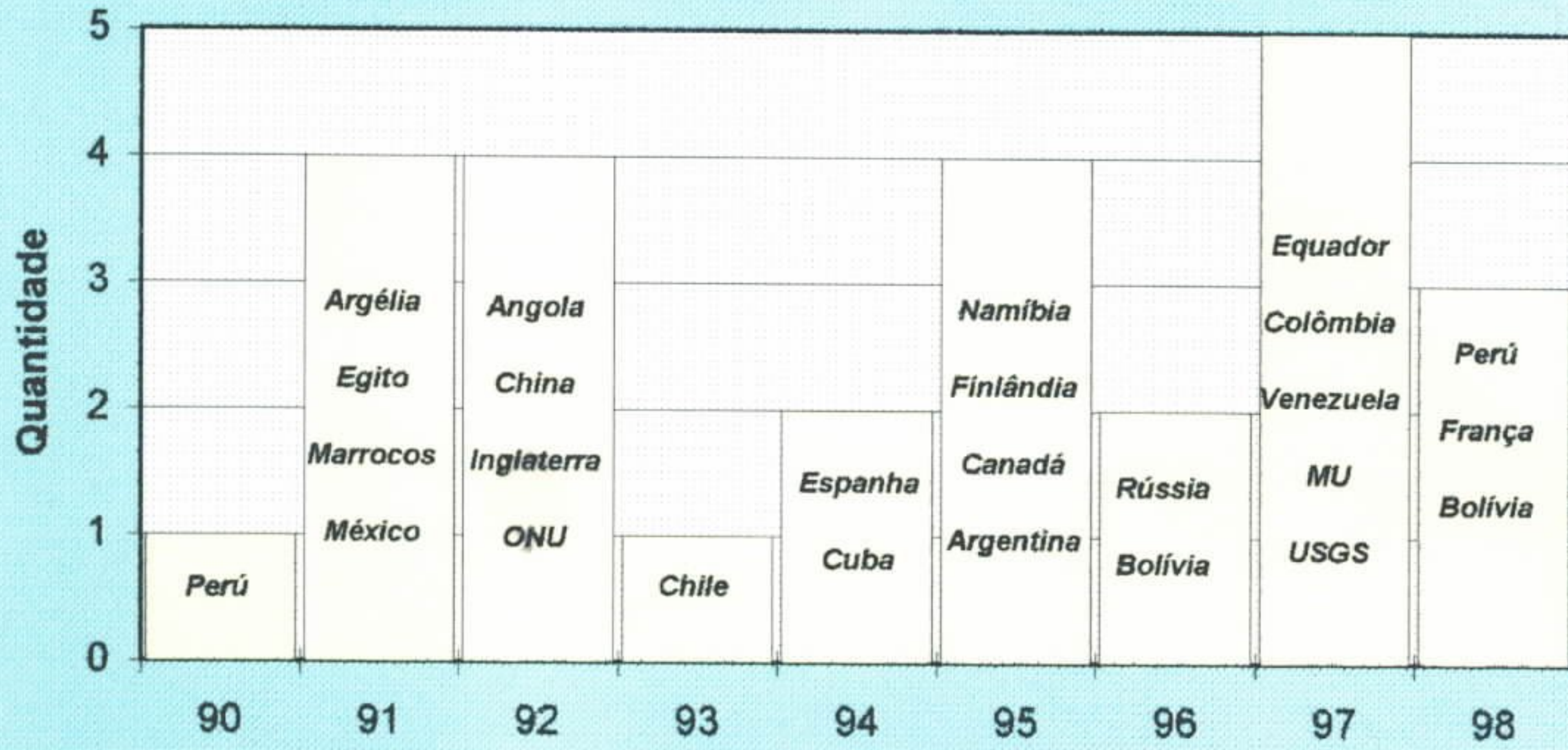


8

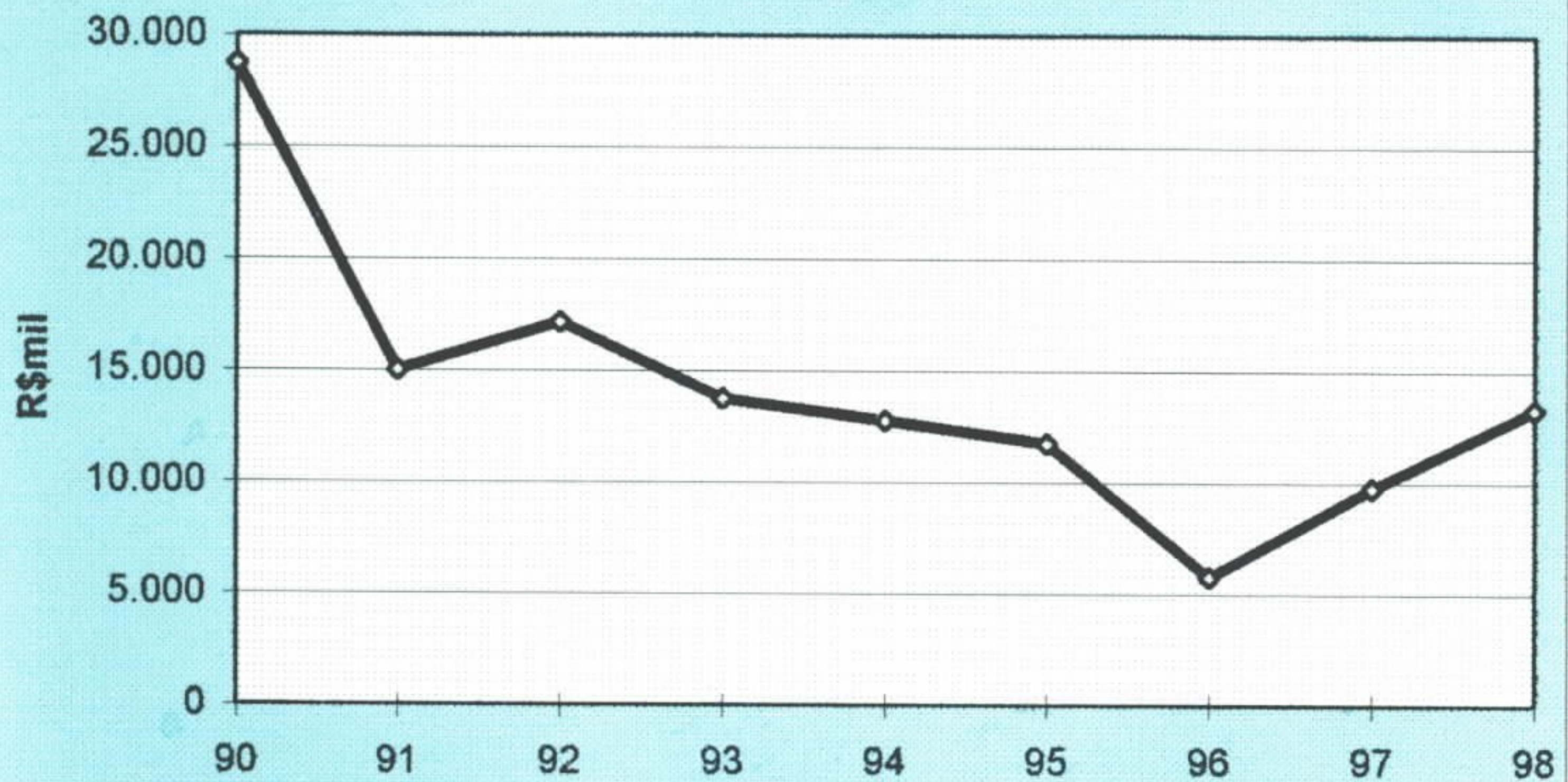
DIREITOS MINERÁRIOS DESCARTADOS



ACORDOS INTERNACIONAIS FIRMADOS



ENDIVIDAMENTO



k

APÊNDICE I

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

ADMINISTRAÇÃO 1990 - 1999

**AUTORIDADES RELACIONADAS À CPRM
NO PERÍODO**

PRESIDENTES DA REPÚBLICA

1. Fernando Affonso Collor de Mello (1990 - 1992)

2. Itamar Augusto Cautiero Franco (1992 - 1994)

3. Fernando Henrique Cardoso (1994 - 1998)

4. Fernando Henrique Cardoso (1998 -)

MINISTROS DA INFRAESTRUTURA E DE MINAS E ENERGIA

I - INFRAESTRUTURA

1. Ozires Silva (1990 - 1991)
2. Eduardo de Freitas Teixeira (1991)
3. João Eduardo Cerdeira de Santana (1991 - 1992)

II - MINAS E ENERGIA

4. Paulino Cícero de Vasconcellos (1992 - 1993)
5. José Israel Vargas (1993 - 1994)
6. Alexis Stepanenko (1994)
7. Delcídio do Amaral Gomez (1994)
8. Raimundo Mendes de Brito (1995 - 1998)
9. Rodolpho Tourinho Neto (1999 -)

SECRETÁRIOS DE MINAS E ENERGIA

1. Luiz André Ricção Vicente (1990 - 1992)
2. Breno Augusto dos Santos (1992 - 1994)
3. Giovanni Toniatti (1995-1997)
4. Otto Bittencourt Netto (1997 - 1999)

MINISTROS DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

I. ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

1. Zélia Cardoso de Mello (1990 - 1991)
2. Marcílio Marques Moreira (1991 - 1992)

II. FAZENDA

3. Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho (1992 - 1993)
4. Paulo Roberto Haddad (1993)
5. Eliseu Resende (1993)
6. Fernando Henrique Cardoso (1993 - 1994)
7. Rubens Ricupero (1994)
8. Ciro Ferreira Gomes (1994 - 1995)

III. PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO

9. Paulo Roberto Haddad (1992 - 1993)
10. Yeda Rorato Crusius (1993)
11. Alexis Stepanenko (1993 - 1994)
12. Benedito Clayton Veras Alcântara (1994 - 1995)

IV. FAZENDA

13. Pedro Sampaio Malan (1995 -)

V. PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO

14. José Serra (1995)

VI. ORÇAMENTO E GESTÃO

15. Pedro Pullen Parente

SECRETÁRIOS E MINISTROS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

I. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1. João Eduardo Cerdeira de Santana (1990 - 1991)
2. Pedro Ronald Maranhão Braga Borges (1991)
3. Carlos Moreira Garcia (1991 - 1992)
4. Mauro Motta Durante (1992)
5. Osiris de Azevedo Lopes Filho (1992 - 1993)
6. Luiza Erundina de Sousa (1993)
7. Romildo Canhim (1993 - 1995)

II. ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO

8. Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira (1995 - 1998)

III. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

9. Cláudia Maria Constin (1999)

APÊNDICE II

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

ADMINISTRAÇÃO 1990 - 1999

**MEMBROS DE SUA ADMINISTRAÇÃO
SUPERIOR**

DIRETORIA-EXECUTIVA

1. Carlos Oití Berbert - (1990 - 1999) - Diretor-Presidente
2. Antonio Juarez Milmann Martins - (1990 - 1999) - Diretor de Geologia e Recursos Minerais e de Recursos Hídricos e Gestão Territorial
3. Hermes Augusto Verner Inda - (1990 - 1994) - Diretor de Geologia e Recursos Hídricos
4. Paulo Roberto de Araújo - (1990 - 1991) - Diretor de Administração e Finanças
5. Fábio César Condé Rocha - (1991 - 1993) - Diretor de Administração e Finanças
6. Alexandre Duarte Santos - (1993 - 1994) - Diretor de Administração e Finanças
7. Augusto Wagner Padilha Martins - (1994 - 1999) - Diretor de Administração e Finanças; Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento
8. Gil Pereira de Souza Azevedo - (1994 - 1998) - Diretor Comercial; Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento
9. Idelmar da Cunha Barbosa - (1994 - 1997) - Diretor de Recursos Hídricos e Gestão Territorial
10. José de Sampaio Portela Nunes - (1997 -) - Diretor de Administração e Finanças

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Carlos Oití Berbert (1990 - 1999)
2. Hermes Augusto Verner Inda (1990 - 1994; 1996 -)
3. Antonio Juarez Milmann Martins (1990 - 1995)
4. Paulo Roberto de Araújo (1990 - 1991)
5. Fábio César Condé Rocha (1991 - 1993)
6. Alexandre Duarte Santos (1993 - 1994)
7. Augusto Wagner Padilha Martins (1994)
8. Gil Pereira dos Santos (1994)
9. Ney Webster Araújo (1990 - 1994) (Acionista)
10. Elmo Serejo Farias (1990) (Acionista)
11. Elmer Prata Salomão (1990 - 1994) (DNPM)
12. Getúlio Lamartine de Paula Fonseca (1990) (DNAEE)
13. Alfredo Salomão Neto (1990) (DNAEE)
14. Ricardo Pinto Pinheiro (1993 - 1994) (DNAEE)
15. Gastão Luiz de Andrade Lima (1994) (DNAEE)
16. José Said de Britto (1990 - 1993) (DNAEE)
17. Rex Nazaré Alves (1990 - 1993) (CNEN)

18. José Luiz Santana de Carvalho (1993 - 1994) (CNEN)
19. José Mauro Esteves dos Santos (1994)
20. Giovanni Toniatti (1996 -)
21. Breno Augusto dos Santos (1996 -)
22. José Mário Miranda Abdo (1997 - 1998)
23. Jayr Dezolt (1996 - 1998)
24. Tácito Antonio Bastos Brandão (1999 -)